



FORMAÇÃO DOCENTE E POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA QUILOMBOS: CONTINUIDADES E PERSPECTIVAS

Área Temática: Educação

Georgina Helena Lima Nunes
(Coordenadora da Ação)

NUNES, Georgina Helena Lima¹
CUNHA, Deise Teresinha Radmann²
ANTUNES, Lauren Barbosa³
ALMEIDA, André Gomes de⁴
SOUZA, Carmen Lúcia Ferreira de⁵
FERREIRA, Patrícia da Silva⁶

Palavras-chave: Educação escolar quilombola, Lei 10639/03, Formação docente, Políticas Públicas.

Resumo: O Programa objetiva estabelecer um diálogo entre Universidade e as populações quilombolas dos municípios Canguçu, Pelotas, Piratini e São Lourenço do Sul, localizadas no estado do Rio Grande do Sul, estreitando, desta forma os vínculos entre ensino superior, educação básica e comunidade. A proposta visa construir caminhos para a promoção da igualdade racial na sociedade brasileira compreendendo que a educação permeia as várias instâncias da vida humana, e, neste sentido, é necessário que os espaços educativos não formais estejam em permanente diálogo com os espaços de formação universitária e, com a educação escolar em todos os níveis. Em linhas gerais esta proposta tem como ação as Formações Docentes destinadas a professores que atuam em territórios quilombolas ou de escolas que recebem quilombola, Fóruns de Discussão entre acadêmicos, gestores, comunidade e movimentos sociais e educadores acerca das demandas históricas dos quilombos no sentido de vislumbrar políticas públicas que contemplem suas reivindicações, Oficinas de Arte nos municípios sede dos quilombos

1 Doutora em Educação; Professora adjunta da Faculdade de Educação; Coordenadora da ação; geohelena@yahoo.com.br

2 Acadêmica de Licenciatura em Pedagogia, Faculdade de Educação/ UFPel

3 Acadêmica de Licenciatura em Pedagogia, Faculdade de Educação/ UFPel

4 Acadêmico de Licenciatura em História, Instituto de Ciências Humanas/UFPel

5 Acadêmica de Licenciatura em Pedagogia, Faculdade de Educação/ UFPel

6 Acadêmica de Licenciatura em Pedagogia, Faculdade de Educação/ UFPel

envolvendo pintura, escultura e desenho e, por fim, uma pesquisa documental acerca da realidade educacional das comunidades de Canguçu, Pelotas, Piratini e S. Lourenço do Sul. O Programa foi construído com base em experiências extensionistas que articulavam ensino e pesquisa, através do Projeto Cultura, Terra e Resistência: matrizes por onde construir materiais didáticos para quilombos, financiado pelo MEC/SECAD e executado em 2010/2011.

Introdução:

O Programa tem como característica uma proposta interdisciplinar de metodologia, ou seja, a educação é o eixo condutor a discussões que se transversalizarão com outras áreas do conhecimento. Estará, desde o seu começo, estabelecendo um diálogo com outras instituições sem deixar de conceber o protagonismo das iniciativas às comunidades negras rurais que como público alvo ou como interlocutores são os sujeitos do Programa. A escolha deste grupamento étnico, sob o ponto de vista histórico do que foi o processo escravocrata e colonizador em terras brasileiras, apresenta-se, hoje, à margem de direitos de reconhecimento cultural, fortalecimento identitário e de acesso aos serviços públicos no campo da educação, saúde, trabalho, moradia, enfim, tem ameaçada até mesmo a terra que secularmente habita e onde foi construído um modo de vida próprio. As ações propostas decorrem de experiências concretas que apontam para a necessidade de reflexões coletivas que, ainda escassas, possam, a partir das realidades específicas e gerais das comunidades, desencadear políticas públicas.

Esta atividade surge, então, da possibilidade de continuidade a trabalhos que têm sido realizado no âmbito de comunidades remanescentes de quilombos do Rio Grande do Sul (UFPel/FaE/MEC) e do Paraná (SEED), evidenciando, principalmente, o projeto Cultura, Terra e Resistência: matrizes por onde construir materiais didáticos para quilombos', financiado pelo MEC/SECAD. No referido projeto foram realizadas inserções de natureza etnográfica em onze comunidades quilombolas de Canguçu e Piratini e, por conta desta ação, pretende-se dar continuidade e levantar outras perspectivas no sentido de contribuir para ações políticas futuras sob a forma de políticas públicas que tenham como parâmetro as reivindicações dos próprios sujeitos e uma construção articulada entre comunidade e universidade.

Os municípios que serão atingidos pelo programa são Canguçu com doze comunidades – Armada, Cerro das Bonecas, Cerro das Velhas, Estancia da Figueira, Favila, Faxinal, Iguatemi, Maçambique, Manoel do Rego, Passo do Lourenço, Potreiro Grande, e Rincão dos Cunhas; Pelotas com três comunidades – Algodão, Alto do Caixão e Vó Euvira; Piratini com cinco comunidades – Fazenda Cachoeira, Faxina, Rincão do Couro, Rincão do Quilombo e São Manoel; E São Lourenço do Sul com cinco comunidades – Coxilha Negra, Monjolo, Picada, Rincão das Almas e Torrão.

Em períodos em que a sociedade inteira atenta para o espírito global de comunicação planetária e conceitos como sociedade intercultural, multicultural e pluricultural, diversificada em seu sentido semântico mas singular no sentido de contemplar a diversidade como algo inerente à existência humana, sabe-se que diversas comunidades reconhecidas como “ tradicionais” prestam serviço público na defesa da nossa biodiversidade, neste caso, nos referimos às comunidades quilombolas; Almeida (2006, p. 23) afirma que o “tradicional” é considerado como atrelado a fatos do presente e às atuais reivindicações dos movimentos sociais. A

aproximação da Universidade, espaço de produção de conhecimentos com as comunidades quilombolas tende a proporcionar à sociedade em geral o reconhecimento acerca da riqueza dos conhecimentos que conseguiram preservar modos de vida, universos simbólicos e informações vitais para a sobrevivência em ambientes hostis com base exclusivamente na tradição oral [...]” (SANTOS, 2010, p. 59). Estes conhecimentos desafiam a ciência ocidental moderna no sentido de que as “alternativas em termos de (des)envolvimento e progresso têm gerado um avanço tecnológico que, nem sempre, reflete a favor de quem, para quem e, também, as consequências para as gerações futuras como demonstração de uma ética para com a vida.

A ação proposta pelo Programa, tem por objetivo geral desenvolver atividades conjuntas entre Universidade e comunidades quilombolas dos municípios de Canguçu, Pelotas, Piratini e São Lourenço do Sul de modo a contribuir com a Promoção da Igualdade Racial destas populações através de um Programa com enfoque interdisciplinar onde a educação se constitui, para tanto, o fio articulador. O Programa tem por objetivos específicos favorecer a implementação da lei 10639/03 que tem como objetivo a efetivação de uma educação antirracista, por isso desenvolver nas Formações Continuidas e nos Fóruns temáticas que subsidiem os remanescentes de quilombo na trajetória de luta pela regularização fundiária, fortalecimento identitário e acesso a políticas sociais em serviços prioritários; fortalecer a identidade a partir do território através do incentivo a produções artísticas decorrentes das oficinas de arte; realizar atividades descentralizadas de modo que a Universidade se faça presente em municípios da Zona Sul do estado, expandindo, desta maneira, a sua ação no entorno do município de Pelotas; observar a forma como estereótipos e estigmas podem ser desconstruídos através de atividades que visem uma educação antirracista no cotidiano escolar; propor alternativas didático metodológicas e iniciação à pesquisa escolar de forma interdisciplinar que contemple a diversidade étnica como tema transversal na sala de aula; evidenciar que o papel social da educação é dialogar com todas as áreas que confluem para o fortalecimento da dignidade humana e preservação da vida; realizar uma produção sob a forma de revista que sistematize as ações desenvolvidas bem como registrar as projeções decorrentes dos encontros; Contribuir com políticas em curso, principalmente as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola a partir de contribuições locais;

A formação será através de encontros sob a forma de palestras e oficinas. Serão executadas inserções investigativas de modo a realizar um retrato sócio, cultural, econômico que subsidie projetos de ensino a serem efetuados na escola ou na comunidade sob as mais diferentes formatações e modelos didáticos de ensinar e, conseqüentemente, aprender. As formações serão descentralizadas, ocorrendo, por vezes, em outros municípios que não sejam Pelotas. A formação terá uma orientação metodológica de caráter teórico prático implicando em uma ação que se efetive a partir da realidade dos educandos. As temáticas abordadas na mesma serão: Aspectos Sócio Históricos e Contemporâneos dos Quilombos no Brasil; Educação das Relações Étnico Raciais no Cotidiano Escolar: lei 10639/03; Cultura e Produção de Conhecimento; Corporeidades, Religiosidades e Musicalidades Brasileiras: encontros éticos e estéticos; Educação e Trabalho na Perspectiva de Etno desenvolvimento; Metodologia de Ensino para a Educação das Relações Étnico Raciais no Cotidiano Escolar; Metodologias Investigativas de Cunho Etnográfico em Educação; Políticas de Identidade e Gênero na Sociedade Brasileira; Educação Formal Quilombola: que educação é esta?; tais temáticas serão condensadas em

três módulos e apresentadas sobre a forma de oficinas, palestras com debates e trabalhos em grupos.

Os Fóruns serão realizados com articulação entre educação básica, universidade, gestores, movimentos sociais e líderes das comunidades. Estes objetivam articular questões que historicamente são demandadas pela população negra em âmbito nacional e local. A princípio, o Fórum se realizaria com uma sistemática de apresentação de painéis, discussão em pequenos grupos e plenária final. Ao final de cada módulo se tirará encaminhamentos que serão posteriormente sistematizados junto com o material que compilará a memória do evento. As temáticas para os fóruns serão as seguintes: Populações Tradicionais: realidades diversas e quilombolas em âmbito nacional e regional; Saúde da População Negra e Gênero; Etno desenvolvimento: quais as possibilidades de contraponto?; Cultura e Resistência: as possibilidades frente ao mercado cultural; Políticas Públicas de Caráter Étnico Racial: limites e possibilidades; A Universidade na Diversidade: etnicidade e (em) questão; as temáticas serão desenvolvidas em três encontros.

Além das formações e fóruns o programa contará com um diagnóstico acerca da realidade educacional das populações quilombolas dos municípios de Pelotas, Piratini, Canguçu e São Lourenço do Sul através da verificação nas Secretarias Municipais de Educação e Coordenadoria Estadual de Educação os documentos que indiquem os estabelecimentos, níveis de escolarização, quantidade de alunos, índices de evasão/reprovação e outros; em um segundo momento serão feitas visitas nas comunidades de modo a buscar dados acerca do nível de escolarização das famílias e expectativas ou não daqueles que não estão na escola de retornarem.

Das inserções analíticas realizadas podemos constatar que a maioria das pessoas entrevistadas alcançaram os anos iniciais do ensino fundamental. Há nas comunidades um número expressivo de sujeitos que não teve oportunidade de acesso/permanência na escola. Entre os motivos apresentados destacamos, distância da escola em relação a residência, tal como a falta de transporte; necessidade de trabalhar auxiliando na renda familiar; a escola não oferecia um ambiente acolhedor que permitisse a identificação do sujeito enquanto negro; a escola nas comunidades não oferecia possibilidade de continuidade nos estudos por não oferecer a seriação progressiva completa. A escola não era inclusiva, as pessoas com necessidades educacionais especiais não tinham acesso a esse espaço. Outro fator a ser apontado entre as causas de não continuidade nos estudos é formação das famílias, a gravidez das mulheres que precisam, agora parar de estudar para cuidar dos novos membros da família enquanto o marido fazia sua parte trabalhando no campo, assim os dois eram conduzidos ao processo de evasão.

Nesta perspectiva, propõe a divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial para interagirem na construção de uma nação democrática em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada. Neste sentido, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais, que têm um enfoque na educação formal, nos leva a refletir acerca do quanto devemos caminhar no sentido de pensar a escola e a sociedade brasileira a partir de um conjunto plural de sujeitos em que, alguns, pelo seu pertencimento étnico/racial, ainda se encontram atrás em termos de direitos.

Referencias:

ALMEIDA, Alfredo Wagner. Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: Terras tradicionalmente ocupadas. Coleção Tradição e Ordenamento Jurídico. Vol. 02. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PPGSCA-UFAM, Manaus, 2006).

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais. Brasília, 2003.

SANTOS, Boaventura de Souza; MENEZES, Maria Paula (Org.). Epistemologias do Sul. S. Paulo: Ed. Cortez, 2010.